

RIO GRANDE RETOMA O FÔLEGO

Paulo Timm – março, 01 -2018

“Essa situação é consequência dos insuficientes e decrescentes ressarcimentos pelas perdas de receitas estaduais causadas pela legislação federal que desonera tributos estaduais para exportações, seja através do Fundo de Participação das Exportações, IPI-Exportações, da Lei Kandir, do chamado Auxílio Financeiro das Exportações e de outras formas instituídas ao longo do período.”

Equilíbrio fiscal e gestão: os desafios das áreas-meio. Rio Grande do Sul: A mudança se faz com todas as forças. Plano de Governo fogaça/Pompeu 2010-2014.

“As causas dessa crise estão tanto na receita como na despesa. Pelo lado da receita ela tem duas vertentes principais, que são a queda da participação dos estados na carga tributária nacional e o crescimento reduzido do PIB estadual, num ritmo menor que o nacional. A participação dos estados na receita disponível nacional baixou de 34% do PIB em 1960 para 24,6% em 2012. Isso não que dizer que não cresceu em termos absolutos, porque passou de 5,9% para 9,1% no período, ou seja, mais de 50%.

Podemos citar, ainda, a reduzida participação no Fundo e Participação dos Estados, onde a Região Sul, com 80% da produção e 56% da população, fica com apenas 15%, tocando para o Rio Grande apenas 2,35%.”

Darcy Francisco Carvalho dos Santos* - 1/jul/2014 in **RS:**
economia e finanças públicas - <http://www.sul21.com.br/jornal/rs-economia-e-financas-publicas/>

Crescimento após três anos

Em %



Fonte: Banco Central

Novos cálculos do Banco Central apontam para a retomada do crescimento da economia gaúcha depois de três anos seguidos de queda do PIB. (Acompanha, aliás, o movimento da economia nacional que timidamente recompõe, também, seu nível de atividade, sendo de destacar a criação de 2,3 milhões de opções em 2017 - <http://www.vermelho.org.br/noticia/304916-1> e recomposição recente do salário médio mensal domiciliar no emprego formal no valor de R\$ 2.096 - <https://www.ocafezinho.com/2018/02/28/o-desemprego-brutal-no-pais-e-as-sordidas-fake-news-da-globo/> , mesmo com o sacrifício das classes de menor renda <http://www.vermelho.org.br/noticia/308001-2>) Caiu a economia gaúcha 0,26% em 2014, 4,17% em 2015 e 4,06% em 2016, para voltar a crescer 1,04 no ano passado. Esta reanimação já era percebida pelos técnicos da FEE ainda em 2017, conforme Jefferson Augusto Colombo;

Em resumo, ainda que o cenário econômico nacional para o próximo ano permaneça desafiador em diversos aspectos, os indicadores antecedentes da safra de verão e as singularidades da economia gaúcha sugerem que a economia local terá desempenho relativamente favorável no ano de 2017. Esse prognóstico, no entanto, é contingente a dois fatores principais: condições climáticas favoráveis — ameaçadas pela formação, mesmo que em intensidade moderada, do fenômeno La

Niña — e recuperação do investimento agregado nacional, cujo efeito sobre a indústria do RS seria potencializado pela sua relativa especialização local na produção de bens de capital, com destaque para aqueles destinados ao setor agropecuário.

<http://carta.fee.tche.br/article/perspectivas-economicas-para-o-rio-grande-do-sul-em-2017/>

Acumulado no semestre de 2017, conforme dados da FEE:

PIB - 2,1% (RS), 0,0 (Brasil)
Agropecuária - 11,7% (RS), 15,0% (Brasil)
Indústria - -0,7% (RS), -1,6% (Brasil)
Serviços - 0,3% (RS), -1,0% (Brasil)
Impostos- 0,9% (RS), -0,3% (Brasil)

Segundo trimestre de 2017, conforme dados da FEE:

PIB - 2,5% (RS), 0,3 (Brasil)
Agropecuária- 7,9% (RS), 14,9% (Brasil)
Indústria - -0,3% (RS), -2,1% (Brasil)
Serviços - 0,5% (RS), -0,3% (Brasil)
Impostos - 3,4%(RS), 0,1% (Brasil)

<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Economia/2017/9/628472/PIB-gaucha-cresce-2,1-no-primeiro-semester>

Neste ano, FIERGS e FEE estimam que cresceremos um pouco menos que o PIB Brasil, em torno de 2%, com eixo na indústria e serviços, eis que não teremos, em 2018, um bom ano agrícola, mercê, tanto dos problemas climáticos, quanto dos reflexos da recessão geral sobre o consumo de alimentos - . -

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2017/12/fiergs-projeta-alta-de-2-para-economia-gaucha-em-2018-cjau1etsw07q501mkalywcxs6.html> .

Após crescer 8,9% no ano, PIB agropecuário do RS deve cair 3% em 2018

Projeção é resultado de uma base alta de comparação neste ano, quando o Estado colheu safra recorde de grãos

06/12/2017 - 15h57min Atualizada em 06/12/2017 -

JOANA COLUSSI

Depois de ver o Produto Interno Bruto (PIB) crescer 8,9% neste ano no Estado, por conta da maior safra de grãos da história, o setor agropecuário gaúcho deverá ter uma redução de 3% em 2018. A projeção, divulgada pela Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) nesta quarta-feira (6), é resultado de uma base alta de comparação neste ano – quando o RS colheu mais de 36 milhões de toneladas.

– Tivemos uma safra espetacular em termos de produção, com muitos investimentos em tecnologia dos produtores e uma ajuda do clima – disse Gedeão Pereira, vice-presidente da Farsul.

Apesar da colheita recorde, o faturamento do setor caiu 7% em 2017 na comparação com o ano anterior, em razão dos preços menores de produtos agropecuários como soja, arroz, milho, leite e carne bovina.

– A expectativa é de que as cotações melhorem em 2018, mas as margens de lucratividade ainda deverão permanecer baixas – projeta o economista-chefe da Farsul, Antônio da Luz.

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2017/12/apos-crescer-89-no-ano-pib-agropecuario-do-rs-deve-cair-3-em-2018-cjav86svn086c01mkvnwpi6i0.html>

Esse fato sugere que se traga à discussão a questão mesma da economia no nosso Estado, ultimamente castigada por uma visão equivocada entre o que são seus problemas propriamente fiscais, ligados ao Governo e a economia real, ambos com seus estoques e fluxos, com suas vicissitudes e virtudes, com suas especificidades e articulações recíprocas. No Governo Sartori, que cumpre seu último ano, então, a confusão se generalizou, , até por falta de clareza do próprio Governador no trato destas destas matérias. Basta, por exemplo, ter escutado os noticiários nacionais e regionais dos últimos três anos, para ter visto o Rio Grande do Sul ser citado, ao lado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, como terra devastada. Lamentável. E se procurarmos maiores esclarecimentos no Dr. Google, fonte da sabedoria mundana em tempos tecnológicos, apesar de que se lê que **O Rio Grande do Sul é um dos**

estados com maior grau de industrialização no país, com 6% do PIB Brasil, vindo a ser a quinta maior brasileira com um PIB de R\$ 357,8 bilhões, atrás somente dos estados de [São Paulo](#), [Rio de Janeiro](#), [Minas Gerais](#) e [Paraná](#)^[2], com crescimento da renda per capita de 42% entre 2010 e 2014, lê-se, também, esta contraditória afirmação:

Embora o estado esteja **enfrentando uma crise econômica acentuada**, é onde há o maior número de idosos e a segunda maior expectativa de vida e onde os [trabalhadores](#) são mais bem remunerados, tendo uma das menores taxas de [analfabetismo](#), e [mortalidade infantil](#) do país

https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Grande_do_Sul

Ora, não há isso de “crise econômica acentuada” no Rio Grande do Sul e muito menos um cenário de devastação como os indicadores da violência na Grande Porto Alegre, com a presença da Força Nacional, poderiam indicar.

Taxa de assassinatos nas capitais por 100 mil habitantes

Natal - 78,4
Fortaleza - 63,7
São Luís - 60,9
João Pessoa - 59,4
Aracaju - 56,3
Belém - 53,6
Manaus - 52,8
Maceió - 51,3
Salvador - 49,4
Porto Alegre - 46,2
Cuiabá - 42,9
Teresina - 42,5
Goiânia - 41,0
Palmas - 36,3
Recife - 35,3
Macapá - 33,1
[Rio Branco - 32,9](#)
[Porto Velho - 32,8](#)
[Curitiba - 26,0](#)
Belo Horizonte - 24,9

Brasília - 23,4
Vitória - 21,6
Rio de Janeiro 19,4
Boa Vista - 18,4
Campo Grande - 16,3
Florianópolis - 12,3
São Paulo - 9,9

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (dados de 2015)

Estes, aqui, decorrem muito mais da falta de uma Política de Segurança Pública, do que do desarranjo político, econômico e institucional, como ocorre no Rio de Janeiro e algumas capitais do Nordeste, para onde migrou o crime organizado daquela cidade no período das UPPs. O Rio Grande tem uma economia sólida, de bases distintas aos padrões mais globalizados do sudeste e com urgentes necessidades de modernização, mas com uma estrutura e trajetória muito consistentes, quer em termos corporativos, quer em termos de capital humano, quer mesmo em termos de infraestrutura. Tem havido, sim, uma certa incapacidade do Governo ajustar-se a este processo e que se acentuou com a recessão econômica assinalada. **Quando o PIB cai, os impostos caem num ritmo mais acentuado, enquanto as suas despesas, começando pelo pagamento dos salários de servidores ativos e inativos, até se eleva por força de reajustes compulsórios.** Isso agrava os problemas de caixa do Governo, que, alarmado, como ocorreu com Sartori, em vez de proceder a um papel compensatório tranquilizador, preferiu reverberar o discurso catastrofista do déficit público, com o ridículo e improvisado programa de extinção das Fundações. Ver matéria de 21/11/2016:

Governo do Rio Grande do Sul decreta estado de calamidade financeira

<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/11/22/governo-do-rio-grande-do-sul-decreta-estado-de-calamidade-financeira.htm>

Lentamente, porém, as coisas vão retornando ao seu lugar e se começará a distinguir melhor o que são os problemas da economia e o que são os problemas fiscais do Governo estadual. Ainda assim, não há nada demais com as contas governamentais, olhadas em sua estrutura e perspectivas. A dívida do Governo, tão alardeada como um dragão da maldade, tem ficado no mesmo patamar há décadas, só tendo estourado no Governo Brito – PMDB -, quando o deputado Sartori era seu líder na Assembléia.

Evolução do estoque da dívida do RS em R\$bi

Governo	Ano	Dívida	Variação
Collares	1994	R\$ 22.	23,5
Britto	1998	R\$ 50.222	122,3
Olívio	2002	R\$ 50.091	-0,3
Rigotto	2006	R\$ 51.012	1,8
Yeda	2010	R\$ 50.507	-1,0
Tarso	2014	R\$ 54.795	8,5

Fonte: Balanço Geral do RS – Publicado Juremir em O pulo do gato da dívida do RS

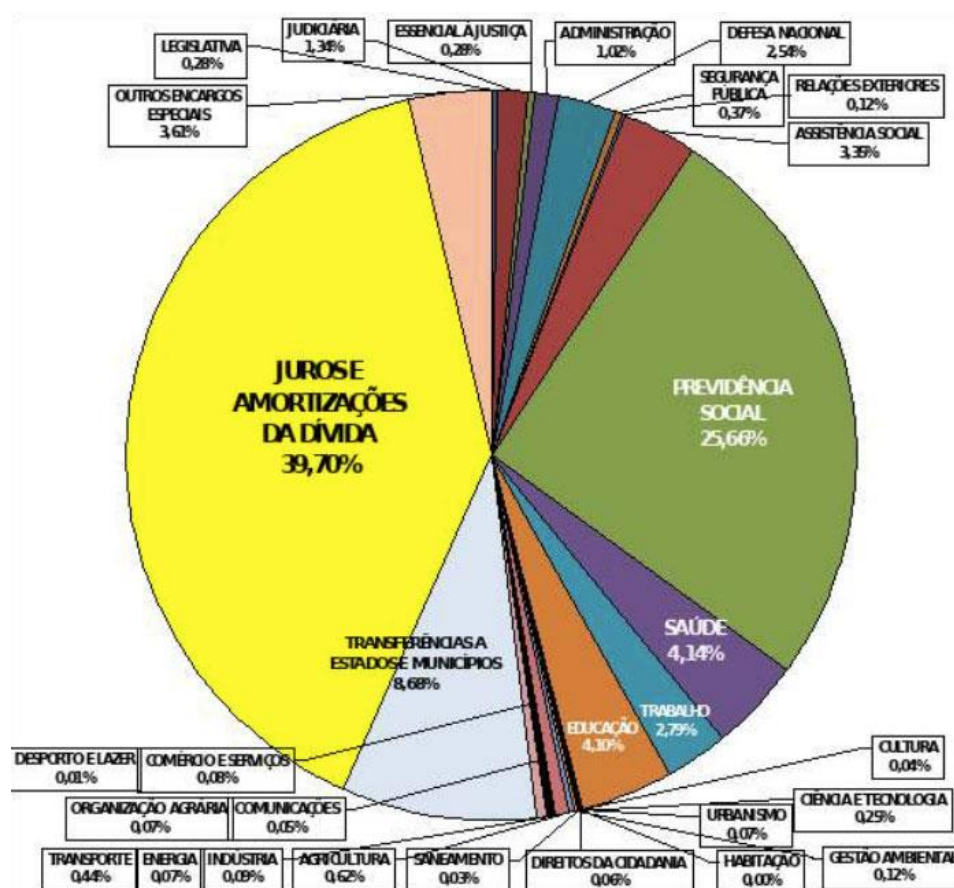
<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/>

,

Para se ter uma ideia do peso desta dívida no PIB do Estado é simples. Basta dividir um pelo outro e se verá que não excede 20%, indicador extremamente baixo, até se o considerarmos em relação à dívida pessoal ou corporativa. Visto que o custo desta dívida se situa em torno de 10% a.a. , agora, com a redução da inflação e dos juros, até abaixo de dois dígitos, restaria saber qual o peso deste valor na Receita Própria do Governo, que é resultante dos Impostos arrecadados no Estado de sua competência e da cotaparte que lhe corresponde no produto da arrecadação federal aqui recolhidos e que retorna através do Fundo de Participação dos Estados. Também aqui, esta relação é baixa, inferior a 20%. Estes indicadores no plano

naonal apontam para um endividamento público que já aponta para 80% do PIB e para um comprometimento de 40% do Orçamento Federal para sua rolagem e pagamento de juros.

ORÇAMENTO UNIAO 2017 - Deficit verdadeiro



ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO (PAGO) EM 2017 = R\$2,483 TRILHÕES
(O VALOR PREVISTO APROVADO HAVIA SIDO DE R\$3,415 TRILHÕES).
DADOS DO SIAFI ORGANIZADOS PELA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA.

Se não há, rigorosamente, crise econômica estrutural e inexistente um grave problema com a dívida, qual é e onde está o problema econômico do Rio Grande do Sul? Ele está, sim, mais nas contas públicas, vale dizer, do lado fiscal, do que no lado corporativo e real da economia e decorre do alto nível de gastos do Governo com a folha de salários dos servidores ativos e inativos. Neste último ponto, aliás, pagamos o preço, hoje, de decisões tomadas no passado, sobretudo nos altos investimentos

em educação pública, que se traduziram na elevada capacitação dos nossos recursos humanos. Um dia as professorinhas se aposentam... É o preço do processo civilizador. Mas nada tem a ver com o tamanho do Estado, excesso de servidores públicos ou nível médio alto dos salários destes servidores, médias, aliás, comparativamente equivalentes – e até mais baixas – ao de outras unidades da federação com tamanho equivalente.

Outros fatores que concorrem para a crise fiscal, apontadas por sucessivos economistas que tratam da matéria, são as perdas decorrentes da chamada Lei Kandir, que desonera as exportações, deixando-nos um crédito junto à União jamais acertado, (Cecilia R.Hoff), as excessivas desonerações fiscais administradas com generosidade pelo Palácio Piratini (Rober Hurriet) e um descaso do Governo quanto à reorganização do sistema de arrecadação no Estado, que leva a que tenham baixos índices per capita comparativos de coleta do ICMS frente a outros Estados. (Alfredo.Meneghetti). Acrescem a isso outros processos já analisados por Franklin de Oliveria na década de 1960: as perdas do Estado, como uma economia primario exportadora “interna” (Paulo Renato Souza), em suas relações de intercâmbio com Sudeste, para onde fluem, aliás, os maiores volumes de crédito subsidiado para sua expansão industrial. Isso é o que ele denomina como nordestinização do Rio Grande. Finalmente, mas não menos importante, temos uma dupla perda fiscal nas nossas relações com uma esdrúxula Federação: que extrai de quem produz para manter um sistema político decadente e corrupto que controla o Congresso Nacional. Primeiro, a União concentra cada vez mais capacidade econômica, seja pelo controle da Política Monetária , seja na concentração do produto da arrecadação de impostos e contribuições, seja na gestão dos valiosos recursos do sub-solo, com um insignificante retorno em forma de royalties aos Estados. Segundo, Estados produtivos e de maior nível de renda transferem , via Fundo de Participação do Estados, recursos fiscais arrecadados pela União, para outros Estados com menor nível de renda, onde são, paradoxalmente, inscritos como Recita Própria de caráter constitucional, sem qualquer contrapartida como Projeto

de Desenvolvimento, ficando, destarte, à mercê de oligarquias irresponsáveis. Com tal mecanismo é até possível, por exemplo, uma professora num destes Estados, ganhar mais do que uma professor no RS, permitindo, desta forma, ao seu Governador gabar-se pelo feito. Oressa!

Este valor anual, das perdas fiscais no RS, significa uma perda anual equivalente ao valor de sua dívida pública. Portanto, o problema do Rio Grande do Sul, nem é de sua economia, nem de sua gente, mas de um sistema espúrio de enfraquecimento das suas finanças públicas. Pior, isso não é revelado ao público, permanecendo veladamente como uma naturalização da História. Uma pena.! Por muito menos a Catalunha luta pela sua autonomia...

Em outros tempos....

